

# Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente  
Em 31 de dezembro de 2018

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	11

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105  
12º andar  
Edifício Berrini One | Itaim Bibi  
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100

Aos Associados, Conselheiros e Administradores da  
**Ação Comunitária do Brasil - São Paulo**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ação Comunitária do Brasil - São Paulo (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ação Comunitária do Brasil - São Paulo em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

### Renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social

Conforme Nota Explicativa nº 20, a Ação Comunitária efetuou o pedido de renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social que homologa a isenção de recolhimento de contribuições sociais. A Administração trabalha com a expectativa de renovação e as demonstrações contábeis não possuem nenhum efeito em caso do não deferimento. Nossa opinião não está sendo modificada em função deste assunto

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2019



Alcides Afonso Louro Neto  
CT CRC 1SP 289.078/O-2

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.  
CRC 2SP-034.766/O-0

## Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

#### ATIVO

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeiras	4	3.330	2.486
Recursos vinculados a projetos	5	3.082	3.654
Contas a receber	6	1.355	1.432
Estoques	-	308	276
Outros créditos	7	2.064	2.483
Impostos a recuperar	8	-	3
Despesas antecipadas	-	104	47
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>10.243</b>	<b>10.381</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósitos judiciais	-	79	98
Outras contas a receber	-	18	18
Impostos a recuperar	8	160	160
Imobilizado	9	1.923	1.994
Intangível	-	60	57
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.240</b>	<b>2.327</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>12.483</b>	<b>12.708</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	10	479	431
Financiamentos	-	8	8
Férias e encargos	11	673	617
Impostos a recolher	-	2	4
Recursos vinculados a projetos	5	3.082	3.654
Outras contas a pagar	-	241	128
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>4.485</b>	<b>4.842</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Provisão para contingências	-	-	23
Financiamentos	-	13	21
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>13</b>	<b>44</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	12	-	-
Patrimônio social	-	7.822	7.516
Superávit (déficit) acumulado	-	163	306
		<b>7.985</b>	<b>7.822</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>12.483</b>	<b>12.708</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

## Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receitas operacionais com restrições</b>			
Subvenções e convênios	13	2.937	4.776
		<u>2.937</u>	<u>4.776</u>
<b>Sem restrições</b>			
Receitas institucionais	14 <sub>2</sub>	4.314	3.767
Receita com aprendizagem	15	1.368	201
Venda de brindes corporativos	16	7.077	6.135
Trabalho voluntário	23	444	526
		<u>13.203</u>	<u>10.630</u>
<b>Total das receitas operacionais</b>		<u>16.140</u>	<u>15.406</u>
<b>Custos e despesas operacionais</b>			
<b>Com restrições</b>			
Assistência social	17a)	(2.937)	(4.776)
		<u>(2.937)</u>	<u>(4.776)</u>
<b>Sem restrições</b>			
Assistência social	17b)	(3.663)	(2.243)
Custo dos brindes vendidos	16a)	(4.186)	(3.814)
Despesas com venda de brinde	16b)	(2.336)	(1.860)
Depreciação e amortização	-	(270)	(252)
Despesas com mobilização de recursos	21	(1.307)	(1.233)
Despesas administrativas e gerais	17c)	(910)	(506)
		<u>(12.672)</u>	<u>(9.907)</u>
Trabalho voluntário	23	(444)	(526)
		<u>(16.053)</u>	<u>(15.209)</u>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<u>87</u>	<u>196</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	-	174	230
Despesas financeiras	-	(98)	(119)
		<u>76</u>	<u>111</u>
<b>Superávit do exercício</b>		<u>163</u>	<u>306</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	7.111	405	7.516
Transferência para patrimônio social	405	(405)	-
Superávit do exercício	-	306	306
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>7.516</u>	<u>306</u>	<u>7.822</u>
Transferência para patrimônio social	306	(306)	-
Superávit do exercício	-	163	163
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>7.822</u>	<u>163</u>	<u>7.985</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

### Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Das atividades operacionais</b>		
Superávit do exercício	163	306
<b>Ajustes para conciliar o lucro às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	270	252
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	1	-
	434	557
<b>Aumento (redução) das contas do ativo</b>		
Recursos vinculados a projetos	572	(439)
Contas a receber	77	(88)
Estoques	(32)	(98)
Outros créditos	419	559
Impostos a recuperar	3	(1)
Despesas antecipadas	(57)	(14)
Depósito judiciais	19	(19)
Outros ativos	-	-
<b>Aumento (redução) das contas do passivos</b>		
Fornecedores	48	(41)
Empréstimos	-	8
Salários, férias e encargos a pagar	56	136
Recursos vinculados a projetos	(572)	439
Impostos a recolher	(2)	(9)
Outras contas a pagar	113	(107)
Provisão para contingências	(23)	24
Empréstimo a pagar	(8)	21
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	1.047	927
<b>Das atividades de investimentos</b>		
Aquisições imobilizado e intangível	(203)	(296)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividade de investimento</b>	(203)	(296)
<b>Aumento líquido consumido nas atividades de investimento</b>	844	631
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	2.486	1.854
No final do exercício	3.330	2.486
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	844	631

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## **1. Contexto operacional**

A Ação Comunitária do Brasil - São Paulo, sob nome fantasia ("Vocação"), foi constituída em 1967. É uma entidade de direito privado, beneficente, sem fins lucrativos, sem credo religioso e sem vinculação político-partidária, isenta de qualquer forma de discriminação em relação à raça, sexo, cor, idade, origem ou qualquer outra natureza.

Seu objetivo é a promoção da inclusão social por meio de programas socioeducativos, socioassistenciais, culturais, de esporte e lazer e preservação ambiental, para solução de questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social, prestando para tais fins, serviços gratuitos, permanentes, sem qualquer discriminação de clientela, conforme a legislação em vigor. Dedicar-se também, à realização de estudos, pesquisas e projetos, por si ou por meio de terceiros, objetivando a formação de tecnologia para o desenvolvimento social e cultural das comunidades que atua, bem como a prestação de serviços à órgãos públicos, a instituições voltadas ao desenvolvimento comunitário sustentável e a empresas privadas.

Para a consecução desse objetivo, utilizará os meios disponíveis para pesquisas e estudos, visando o desenvolvimento de planos e ações, bem como a mobilização de recursos privados e públicos, nacionais ou estrangeiros necessários ao bom desenvolvimento de suas atividades. É reconhecida como entidade de utilidade pública federal, estadual e municipal.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 15 de março de 2019.

## **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), particularmente à NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas aprovada pela Resolução CFC nº 1255/09, bem como disposições específicas estabelecidas pela Resolução CFC nº 1409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros.

## **Renúncia fiscal**

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas próprias.

## **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da entidade.

## **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Não há informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

### **3. Principais políticas contábeis**

A Entidade aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

#### **a) Instrumentos financeiros**

##### **i) Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Entidade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

##### **ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e as aplicações em fundos de investimentos. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “despesas operacionais – financeiras” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado da entidade compreendem as “aplicações financeiras – recursos sem restrição”.

##### **Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição**

São instrumentos financeiros classificados como mantidos para negociação, na categoria “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”, registrados ao custo de aquisição, atualizados pela taxa contratada e ajustado ao seu valor de mercado em contrapartida do superávit do exercício.

### **iii) Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem “caixa e equivalentes de caixa”, “contas a receber”, “outros créditos” e “recursos vinculados a projetos”

#### **Contas a receber**

As contas a receber são registradas pelo valor faturado e referem-se às vendas de cartões de natal e brindes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração sobre títulos vencidos a mais de 90 dias com reversão dos títulos registrados em cartório e registradas em cobrança judicial, para fazer em face de eventuais perdas na realização das contas a receber.

#### **Recursos vinculados a projetos**

A Entidade mantém neste saldo os recursos recebidos através da Lei Rouanet e FUMCAD, que ainda não foram aplicados nos projetos, detalhado na Nota Explicativa nº 5.

### **iv) Passivos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade desconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, por meio, do método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva).

Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, somente quando a entidade tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, recursos vinculados a projetos e outras contas a pagar.

#### b) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Os estoques compreendem os brindes não realizados até o término do exercício e outros materiais.

#### c) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil	Taxas anuais de depreciação
Computadores e periféricos	05 anos	20%
Instalações	10 anos	10%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Veículos	10 anos	10%
Edifícios	32 a 59 anos	1,5%

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

#### d) Intangíveis

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

#### e) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

**f) Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

**g) Demais passivos circulantes**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

**h) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para saldar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As declarações de rendimentos da entidade estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

**i) Patrimônio social**

Constituído pela dotação inicial de bens móveis e imóveis, títulos, rendas, valores e direitos, acrescido (ou diminuído), pelo superávit (ou déficit) apurado em cada exercício.

**j) Receita operacional**

A Entidade reconhece a receita quando: **(i)** o valor da receita pode ser mensurado com segurança; **(ii)** é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; **(iii)** critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

**Com restrição**

**Subvenções e assistência governamentais** – a receita obtida com a celebração e a execução de convênios e parcerias entre entidades governamentais e a Ação Comunitária do Brasil - Vocação, são registradas em conta patrimonial específica em atendimento à CPC 07 subvenções e assistência governamentais, e na medida em que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas no resultado do exercício.

### **Sem restrição**

**Venda de produtos ou serviços** – a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade.

**Doações e contribuições** – as receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

**Receitas com trabalho voluntário** – as receitas com trabalho voluntário são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

#### **k) Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da entidade compreendem: rendimentos de aplicações financeiras; receitas e despesas de juros; e despesas bancárias.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

#### **l) Gratuidade**

Tendo em vista que a Entidade é uma entidade sem fins lucrativos, beneficente de assistência social e reconhecida de utilidade pública, parte substancial de suas despesas é considerada como gratuidade concedida, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18.

#### **m) Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC PME – Demonstração dos fluxos de caixa.

#### 4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras sem restrição

	2018	2017
Caixa	9	9
Bancos - conta movimento	208	8
Aplicações financeiras (i)	3.113	2.469
	<b>3.330</b>	<b>2.486</b>

(i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e os valores estão sujeitos às mudanças nas taxas de juros para os rendimentos pós-fixados.

#### 5. Recursos vinculados a projetos

	2018	2017
Bancos - conta corrente	1.613	35
Aplicações financeiras	1.287	2.799
Projetos a receber	182	820
	<b>3.082</b>	<b>3.654</b>

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de recursos recebidos que serão utilizados exclusivamente em contrato de gestão de projetos de leis de incentivo. A Entidade mantém os recursos recebidos, aplicados financeiramente enquanto não aplicados. Todo o rendimento financeiro é revertido para aplicação nas atividades.

##### Lei Rouanet

A Lei Federal de incentivo à cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), conhecida também por Lei Rouanet, é a Lei que institui políticas públicas para a cultura nacional, como o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONATEC). As diretrizes para a cultura nacional foram estabelecidas nos primeiros artigos, e sua base é a promoção, proteção e valorização das expressões culturais nacionais.

O grande destaque da Lei Rouanet é a política de incentivos fiscais que possibilita as empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoa física) aplicarem uma parte do imposto de renda devido em ações culturais.

Os recursos gerados por meio do Plano Anual de Atividade (PAA), #Vocação Cultural 2018 financiam as atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e assessoramento da Vocação, descritos Nota Explicativa nº 17.

### FUMCAD

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD), foi criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei Federal nº 8.069/90, e através da conscientização da utilização da renúncia fiscal do imposto de renda, busca beneficiar entidades com projetos que apoiem o desenvolvimento de crianças e adolescentes (através de doações via Lei nº 8.069/90 do FUMCAD). Os recursos são administrados pelos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, compostos por representantes do governo e da sociedade civil.

Os recursos gerados por meio do projeto Vocação Sustentável, financiam as atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e assessoramento da Vocação, descritos Nota Explicativa nº 17.

### CONDECA

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (CONDECA/SP), criado pela Lei Estadual nº 8.074/92 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 39.059/94, em atendimento às disposições dos artigos nºs 87 e 88 da Lei Federal nº 8.069/90 ECA, busca beneficiar entidades com projetos que apoiem o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

## 6. Contas a receber

	2018	2017
Venda de brindes corporativos no País (a vencer)	1.199	1.333
Venda de brindes corporativos no País (vencidos)	253	178
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (*)	(97)	(79)
	<b>1.355</b>	<b>1.432</b>

(\*) Valores de títulos vencidos a mais de 90 dias com reversão dos títulos registrados em cartório e registradas em cobrança judicial, conforme políticas de recuperação de crédito interno.

## 7. Outros créditos

	2018	2017
Nota Fiscal Paulista a receber (i)	1.261	867
Adiantamentos efetuados a projetos (ii)	577	1.345
Outras contas a receber	71	112
Adiantamentos	155	159
	<b>2.064</b>	<b>2.483</b>

(i) De acordo com os termos da Lei nº 12.685/2007 programa de estímulo à cidadania fiscal do estado de São Paulo, as entidades de assistência social podem se beneficiar no programa da Nota Fiscal Paulista, recebendo notas e cupons fiscais sem a identificação do CPF do consumidor e cadastrá-las no sistema da Nota Fiscal Paulista com seu CNPJ, assim como participar dos sorteios realizados mensalmente pelo programa.

Durante o exercício, foram cadastrados notas e cupons fiscais a favor da Entidade, que geraram créditos no programa Nota Fiscal Paulista no montante de R\$ 1.972 de receita, sendo R\$ 1.261 previsto para liberação do valor integralmente até abril de 2019.

- (ii) Refere-se a adiantamentos efetuados pela Entidade com recursos próprios para financiamento dos projetos, devido ao atraso no repasse das verbas da prefeitura do município de São Paulo. Os valores estão previstos para recebimento em 2019.

### 8. Impostos a recuperar

Por recomendação de seus assessores legais, em julho de 1992, a Entidade impetrou mandado de segurança perante a 9ª Vara da Fazenda Pública da comarca da capital contra o delegado regional tributário da grande São Paulo, objetivando o reconhecimento judicial da inexigibilidade de qualquer recolhimento a título de ICMS sobre a venda de agendas e cartões de natal, argumentando ser reconhecida como entidade imune de utilidade pública federal, estadual e municipal.

Nesse processo, vitorioso em instância final, a decisão judicial proferida em 09 de novembro de 1998 determinou à fazenda do estado a restituição do imposto que fora indevidamente recolhido nos exercícios de 1990 e 1991, no total de R\$ 570, montante que foi objeto de precatório. O montante de R\$ 160 apresentado no saldo de impostos a recuperar em dezembro de 2018 contempla a 10ª parcela que aguarda liberação de pagamento.

### 9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação - %	2018	2017
Computadores e periféricos	20%	195	280
Instalações	10%	283	301
Móveis e utensílios	10%	76	69
Veículos	10%	16	49
Máquinas e equipamentos	10%	321	238
Edifícios	1,50%	1.032	1.057
		<b>1.923</b>	<b>1.994</b>

A movimentação do ativo imobilizado ocorrida no ano de 2018, pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2018
Computadores e periféricos	280	7	-	(91)	196
Instalações	301	26	-	(44)	283
Móveis e utensílios	69	21	(1)	(14)	75
Veículos	49	-	-	(33)	16
Máquinas e equipamentos	238	124	-	(41)	321
Edifícios	1.057	-	-	(25)	1.032
	<b>1.994</b>	<b>178</b>	<b>(1)</b>	<b>(248)</b>	<b>1.923</b>

## 10. Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores	479	431
	<b>479</b>	<b>431</b>

## 11. Férias e encargos

	2018	2017
Encargos	190	167
Provisão de férias	483	450
	<b>673</b>	<b>617</b>

## 12. Patrimônio líquido

Os superávits da entidade são empregados integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota Explicativa nº 1. O patrimônio social representa os superávits e déficits de exercícios anteriores. O superávit do exercício será transferido para a conta patrimônio social após aprovação da assembleia geral dos associados, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução nº 1.409/12.

Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Entidade, nos termos e condições previstos em seu estatuto social, Artigo nº 43, seu patrimônio social será revertido em benefício de entidade de assistência social congênere registrada no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e, que, preferencialmente, tenha sede e atividade preponderante no Estado de São Paulo.

## 13. Subvenções e convênios – com restrições

	2018	2017
PAA #Vocação cultural 2018 PRONAC nº 176770 - Lei Rouanet	1.838	-
Vocação sustentável - FUMCAD	1.099	-
Vocação sustentável - CONDECA	-	346
PAA #juntos pela arte PRONAC nº 164149 - Lei Rouanet	-	2.100
Música em ação - FUMCAD	-	265
Famílias comunidade em rede - FUMCAD	-	651
Jovens de ação - FUMCAD	-	1.414
	<b>2.937</b>	<b>4.776</b>

Vide Notas Explicativas nºs 5 e 17.a.

Apesar de termos projetos aptos aguardando a janela de conveniamento, tanto o FUMCAD quanto o CONDECA não abriram esta possibilidade ao longo de 2018. Sendo nosso último conveniamento datado de 28/12/2018 com início previsto para 01/02/2019.

#### 14. Receitas institucionais – sem restrições

	2018	2017
Programa Nota Fiscal Paulista (i)	1.972	1.564
Doação de pessoa física e jurídica (ii)	2.342	2.203
<b>Total</b>	<b>4.314</b>	<b>3.767</b>

- (i) Vide Nota Explicativa 7 (i);  
(ii) Doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas destinadas a manutenção das atividades.

#### 15. Receita com aprendizagem

	2018	2017
Receitas com aprendizagem (i)	1.368	201
<b>Total</b>	<b>1.368</b>	<b>201</b>

- (i) A Vocação desenvolveu em 2018, o programa de aprendizagem voltado para a inserção de jovens, em situação de vulnerabilidade social, no mundo do trabalho e se apoiou na Lei da Aprendizagem nº 10.097/2000, respeitando ainda as diretrizes da Resolução CNAS nº 33/2011, que define a promoção da integração ao mundo do trabalho no campo da assistência social. Os valores acima representam as contribuições das empresas parceiras para que a Vocação ministre o treinamento dos jovens.

#### 16. Venda de brindes corporativos

A seguir, apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado:

##### Receita com venda de brindes

	2018	2017
Receita bruta na venda de brinde corporativo	7.130	6.157
Deduções da receita bruta	(53)	(22)
<b>Total da receita</b>	<b>7.077</b>	<b>6.135</b>

Previsto em seu estatuto Artigo nº 34 a Entidade promove a comercialização (revenda) de brindes promocionais (cartões de natal e brindes) junto a empresas privadas para geração de renda própria e custeio da atividade fim.

## Custos e despesas dos brindes vendidos

### a) Custo dos brindes vendidos

	2018	2017
Personalização de brindes	(119)	(100)
Matéria-prima	(75)	(126)
Custo de aquisição dos brindes para revenda	(3.992)	(3.588)
	<b>(4.186)</b>	<b>(3.814)</b>

### b) Despesas com vendas de brindes

	2018	2017
Despesas com pessoal	(1.624)	(1.322)
Despesas com distribuição	(308)	(237)
Despesas com comunicação	(270)	(198)
Representantes	(40)	(44)
Despesas administrativas	(94)	(59)
	<b>(2.336)</b>	<b>(1.860)</b>
<b>Total dos custos e despesas dos brindes vendidos</b>	<b>(6.522)</b>	<b>(5.674)</b>
<b>Resultado gerados pela venda de brindes</b>	<b>555</b>	<b>461</b>

Desta forma, para que não paire qualquer dúvida, os valores referentes a venda de brindes corporativos não se configuram de maneira nenhuma a nenhum tipo de venda ou contraprestação aos usuários dos serviços.

## 17. Custos e despesas operacionais

A Entidade promove a inclusão e proteção social assegurando por meio de seus programas, projetos e serviços socioassistenciais, na perspectiva da autonomia, defesa e garantia de direitos, solucionar questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Nossos serviços são operacionalizados de forma permanente, continuada e planejada, orientados pelo princípio de igualdade de direitos no acesso sem discriminação de qualquer natureza, sem nenhum tipo de cobrança nas ações ofertadas e com a mobilização e garantia de processos participativos dos usuários.

Os serviços, programas e projetos conforme disposto na tipificação nacional de serviços socioassistenciais Resolução CNAS nº 109/2009, são executados na proteção social básica por meio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e demais programas que o qualificam.

Já as ações de assessoramento, balizadas na Resolução CNAS nº 27/2011, são realizadas às organizações da sociedade civil e às equipes multidisciplinares dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Tratam-se de assessoramento técnico, político e financeiro.

- **Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de 06 a 14 anos** – trata-se de espaço de convivência, que desenvolve o protagonismo e a autonomia das crianças e adolescentes a partir dos interesses, demanda e potencialidades deles próprios. As ações são lúdicas, culturais e esportivas garantindo a sociabilidade, interação, sociabilidade e aprendizagem conforme preconizado na Resolução CNAS nº 109/2009;
- **Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de 15 a 18 anos** – trata-se de espaço que possui por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária contribuindo para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho;
- **Programa aprendizagem** – é voltado para a inserção de jovens, em situação de vulnerabilidade social, no mundo do trabalho, vide Nota Explicativa nº 15;
- **Assessoramento político e técnico** – o assessoramento técnico e político oferecido pela Ação Comunitária do Brasil objetiva principalmente capacitar as organizações da sociedade civil voltadas para a aquisição de conhecimentos, habilidades e desenvolvimento de potencialidades que contribuam para o alcance da autonomia pessoal e social dos usuários da assistência social e facilitem a sua convivência familiar e comunitária;
- **Assessoramento administrativo financeiro** – tem como objetivo de fomentar e apoiar projetos de inclusão social, com base nas vulnerabilidades e riscos sociais, a Ação Comunitária do Brasil, ofereceu durante 2016, o assessoramento financeiro as organizações da sociedade civil. Por meio desta ação, efetuamos repasses financeiros permanentes e planejados às organizações, custeando recursos humanos, materiais pedagógicos, alimentação, ajuda de custo para transporte etc.

a) Custos com assistência social – com restrições

2018

Descrição	Convivência e fortalecimento de vínculos		Assessoramentos		Total
	Serviço para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	Promoção da integração ao mercado de trabalho - serviço para crianças e adolescentes de 15 a 18 anos	Assessoramento adm. financeiro	Assessoramento técnico e político	
Pessoal	471	451	723	293	1.938
Despesas operacionais	265	234	-	17	516
Assessoria financeira (i)	-	-	483	-	483
Despesas administrativas	-	-	-	-	-
<b>Total com restrição</b>	<b>736</b>	<b>685</b>	<b>1.206</b>	<b>310</b>	<b>2.937</b>

2017

Descrição	Convivência e fortalecimento de vínculos		Assessoramentos		Total
	Serviço para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	Promoção da integração ao mercado de trabalho - serviço para crianças e adolescentes de 15 a 18 anos	Assessoramento adm. financeiro	Assessoramento técnico e político	
Pessoal	334	387	620	401	1.742
Despesas operacionais	544	400	-	187	1.131
Assessoria financeira (i)	-	-	1.903	-	1.903
Despesas administrativas	-	-	-	-	-
<b>Total com restrição</b>	<b>878</b>	<b>788</b>	<b>2.522</b>	<b>588</b>	<b>4.776</b>

(i) Repasses financeiros permanentes e planejados as organizações parceiras, custeando recursos humanos, material pedagógico, alimentação, ajuda de custo para transporte etc.

b) Despesas com assistência social – sem restrições

2018

Descrição	Convivência e fortalecimento de vínculos			Assessoramentos			Total
	Serviço para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	Promoção da integração ao mercado de trabalho		Assessoramento adm. financeiro	Assessoramento técnico e político	Despesas administrativas	
		Serviço para crianças e adolescentes de 15 a 18 anos	Aprendizagem				
Pessoal	190	294	1.536	272	196	480	2.488
Despesas operacionais	84	84	277	77	215	311	737
Assessoria financeira	-	-	-	289	-	-	289
Despesas administrativas	18	21	35	35	40	119	149
<b>Total sem restrição</b>	<b>292</b>	<b>399</b>	<b>1.848</b>	<b>673</b>	<b>451</b>	<b>910</b>	<b>3.663</b>

2017

Descrição	Convivência e fortalecimento de vínculos			Assessoramentos			Total
	Serviço para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	Promoção da integração ao mercado de trabalho		Assessoramento adm. financeiro	Assessoramento técnico e político	Despesas administrativas	
		Serviço para crianças e adolescentes de 15 a 18 anos	Aprendizagem				
Pessoal	233	261	197	349	180	244	1.220
Despesas operacionais	75	116	127	94	257	144	669
Assessoria financeira	-	-	-	220	-	-	220
Despesas administrativas	28	18	16	43	29	118	134
<b>Total sem restrição</b>	<b>336</b>	<b>395</b>	<b>340</b>	<b>706</b>	<b>466</b>	<b>506</b>	<b>2.243</b>

Os registros nessas rubricas correspondem as despesas de atendimentos gratuitos com os nossos projetos e outras atividades assistenciais, e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados diretamente às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos.

**c) Investimento total com assistência social**

**2018**

Descrição	Convivência e fortalecimento de vínculos				Assessoramentos		Total
	Serviço para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	Promoção da integração ao mercado de trabalho	Serviço para crianças e adolescentes de 15 a 18 anos	Aprendizagem	Assessoramento		
					adm. financeiro	técnico e político	
Pessoal	661	745	1.536	1.536	995	489	480
Despesas operacionais	349	318	277	277	77	232	311
Assessoria financeira	-	-	-	-	772	-	-
Despesas administrativas	18	21	35	35	35	40	119
<b>Total sem restrição</b>	<b>1.028</b>	<b>1.084</b>	<b>1.848</b>	<b>1.848</b>	<b>1.879</b>	<b>761</b>	<b>910</b>
							<b>6.600</b>

**2017**

Descrição	Convivência e fortalecimento de vínculos				Assessoramentos		Total
	Serviço para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	Promoção da integração ao mercado de trabalho	Serviço para crianças e adolescentes de 15 a 18 anos	Aprendizagem	Assessoramento		
					adm financeiro	técnico e político	
Pessoal	567	648	197	197	969	581	244
Despesas operacionais	619	516	127	127	94	444	144
Assessoria financeira	-	-	-	-	2123	-	-
Despesas administrativas	28	18	16	16	43	29	118
<b>Total sem restrição</b>	<b>1.214</b>	<b>1.182</b>	<b>340</b>	<b>340</b>	<b>3.229</b>	<b>1.054</b>	<b>506</b>
							<b>7.019</b>

### 18. Concessão de gratuidade

Os valores relativos ao atendimento gratuito são apurados pelos gastos efetivos, com base em notas fiscais, folhas de pagamento e contratos de produtos e serviços.

A Administração da Entidade entende que os recursos alocados as atividades estão adequados e atendem as exigências da Lei nº 12.101/09. A análise e aprovação do cumprimento dos requisitos legais, estão vinculadas as futuras prestações de contas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.

A gratuidade é concedida observando-se as determinações da Lei nº 12.101/09 e obedecendo aos limites mínimos, conforme Artigo 4º inciso II da Seção I da saúde e pelo Artigo nº 13º §1º inciso III "a" e "b" da Seção II da educação, e também pelo Artigo 18º §1º e §2º da Seção III da assistência social. Conforme demonstrativo a seguir:

Números (em quantidades) de atendimentos em 2018 e 2017, informações não auditadas:

#### Atendimentos em 2018 - Informações não auditadas

Descrição	Convivência e fortalecimento de vínculos			Assessoramentos		Total
	Serviço para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	Promoção da integração ao mercado de trabalho	Aprendizagem	Assessoramento adm. financeiro	Assessoramento técnico e político	
<b>Total de profissionais</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>66</b>	<b>563</b>	<b>642</b>
Número de CRAS/CREAS	1	-	-	-	14	15
Crianças e adolescentes	90	370	216	2.044	18.340	21.060
Famílias	72	295	173	1.636	10.048	12.224
Número de OSCs	1	-	-	13	75	89
Número de serviços	1	-	-	14	152	167
<b>Total atendimentos</b>	<b>178</b>	<b>665</b>	<b>389</b>	<b>3.773</b>	<b>29.192</b>	<b>34.197</b>

Atendimentos em 2017 - Informações não auditadas

Descrição	Convivência e fortalecimento de vínculos		Assessoramentos		Total
	Serviço para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	Promoção da integração ao mercado de trabalho Serviço para crianças e adolescentes de 15 a 18 anos	Assessoramento adm. financeiro	Assessoramento técnico e político	
<b>Total de profissionais</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>65</b>	<b>393</b>	<b>466</b>
Número de CRAS/CREAS	1	-	-	9	10
Crianças e adolescentes	91	221	2.274	11.578	14.229
Famílias	73	177	1.819	9.262	11.382
Número de OSCs	1	-	17	47	65
Número de serviços	1	-	16	73	90
<b>Total atendimentos</b>	<b>175</b>	<b>398</b>	<b>4.191</b>	<b>21.362</b>	<b>26.243</b>

### **19. Remuneração da Administração**

O estatuto social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros dos organismos da Entidade, exceção feita à remuneração do superintendente. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente nos projetos sociais e à manutenção de suas atividades.

### **20. Certificado de entidade beneficente de assistência social**

A Vocação é uma Entidade de assistência social, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública em âmbito federal, estadual e municipal, bem como é detentora, nas mesmas esferas, do certificado de entidade beneficente e de assistência social. De acordo com o disposto no § 2º do Artigo nº 24, da Lei nº 12.101/2009, a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação, o pedido de renovação foi protocolado tempestivamente com o nº 71000.061661/2017-14 ainda em análise.

### **21. Despesas com mobilização de recursos**

	2018	2017
Despesas com pessoal	(487)	(243)
Despesas com marketing e eventos	(46)	(100)
Representação e serviços tomados	(774)	(771)
Outras despesas	-	(119)
	<b>(1.307)</b>	<b>(1.233)</b>

### **22. Imunidade (isenção) usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212 de 1991, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem a isenção usufruída – INSS em R\$ 1.402 (R\$ 1.251 em 2017).

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores.

### **23. Trabalho voluntário**

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Entidade identificou e mensurou todo o valor de trabalho voluntário por ela recebida durante os exercícios de 2018 e 2017.

Os valores de trabalho voluntário foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes à cada um dos serviços recebidos e estão assim sumarizados:

	2018	2017
Serviços de auditoria	29	28
Serviço de proteção de crédito	275	166
Conselho voluntário	22	-
Anúncios gratuitos na internet	118	331
	<b>444</b>	<b>526</b>

#### **24. Avais, fianças e garantias**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade não apresentava quaisquer avais, fianças e garantias.

#### **25. Instrumentos financeiros**

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da sociedade estão apresentados a seguir:

##### **Gestão de risco de capital**

A Administração da Entidade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos.

##### **Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado**

Os instrumentos financeiros mantidos pela Entidade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo.

##### **Riscos associados**

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber, contas a pagar, salários, férias e encargos.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício, a Entidade não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Entidade está sujeita aos fatores de:

##### **Riscos de crédito**

Risco de crédito é o risco de a entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

**Riscos de crédito**

Risco de crédito é o risco de a entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

**Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade.

**Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

**Cobertura de seguros**

As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

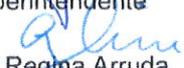
As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

**Importâncias**

Ramos	Seguradas (em reais)
Incêndio de bens do imobilizado	5.000.000
Responsabilidade civil operações	200.000

  
Celso Luiz Teani de Freitas  
Superintendente

  
Celia Regina Arruda  
Contadora  
CRC 1SP173663-09